



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Juventude.

DIÁLOGOS SOBRE E COM JUVENTUDES

CAMILA LOPES TAQUETTI¹
LOURENA BARBOSA DOS SANTOS²
ELIANA CRISTINA GUSMÃO MACHADO³
FABIANA NASCIMENTO SILVA DE ARAUJO⁴

Resumo: O presente texto tem como objetivo apresentar a proposta e o desenvolvimento do projeto de extensão universitária, Diálogos sobre e com juventudes, voltado à promoção de espaços dialogados que articulem temas como juventude, políticas sociais, participação social e os direitos deste segmento. Tais espaços visam promover a discussão e a troca de saberes sobre estes temas junto aos profissionais das políticas sociais com maior interface com o público jovem, ativistas e militantes do campo da juventude. Através do desenvolvimento de oficinas sobre o Estatuto da Juventude, busca-se realizar e promover um diálogo com adolescentes e jovens, numa perspectiva socioeducativa.

Palavras-chave: Juventudes; Extensão; Serviço Social; Dimensão socioeducativa.

Abstract: The purpose of this text is to present the proposal and development of the university extension project, Dialogues on and with youths, aimed at promoting dialogue spaces that articulate issues such as youth, social policies, social participation and the rights of this segment. These spaces aim to promote the discussion and the exchange of knowledge on these issues with the social policy professionals with a greater interface with the young public, activists and youth activists. Through the development of workshops on the Youth Statute, it seeks to carry out and promote a dialogue with adolescents and young people, from a socio-educational perspective.

Keywords: Youths; Extension; Social service; Socio-educational dimension

1 INTRODUÇÃO

A presente exposição tem como objetivo apresentar o projeto de extensão universitária nominado, *Diálogos sobre e com Juventudes*, realizados entre 2015 e 2018, como parte das atividades do Núcleo de Estudos em Política Social

¹ Professor com formação em Serviço Social. Católica de Vitória Centro Universitário. E-mail: <ctaquetti2@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Católica de Vitória Centro Universitário.

³ Estudante de Graduação. Católica de Vitória Centro Universitário.

⁴ Estudante de Graduação. Católica de Vitória Centro Universitário.

Infantojuvenil (NEPOS), ligado ao curso de Serviço Social de uma instituição de ensino superior da Grande Vitória.

Neste período, foram realizadas três edições de propostas institucionais de extensão que visaram promover espaços qualificados e dialogados entre acadêmicos e comunidade, visando articular, em especial, temas como a juventude como categoria social, políticas sociais, participação social e os direitos deste segmento. Vale ressaltar que se trata de um projeto que oferece continuidade a uma proposta já iniciado pelo Observatório Capixaba de Juventude⁵, nesse sentido, trata-se de uma cooperação entre academia e sociedade civil organizada, numa perspectiva de defesa dos direitos e da emancipação social da população jovem, especialmente, da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Tais espaços, os *Diálogos sobre e com Juventudes*, visam promover a discussão e a troca de saberes sobre estes temas junto aos jovens e profissionais das políticas sociais municipais com maior interface com o público jovem, além de ativistas e militantes do campo da juventude, como Conselhos Municipal e Estadual de Juventude e Coletivos jovens.

Este projeto possui três principais frentes de intervenção, uma primeira diz respeito à socialização e provocação do debate conceitual sobre a juventude, a fim de problematizar sobre as visões historicamente hegemônicas sobre este segmento, discutir as políticas de juventude, além de suas questões e demandas específicas; a segunda tem como foco promover os Diálogos para formação continuada dos trabalhadores das políticas sociais que atuam com a juventude, como Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Pedagogos e Educadores Sociais e a terceira, com os próprios adolescentes e jovens, é desenvolvimento oficinas sobre o Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852/13),

⁵ O Observatório Capixaba de Juventude é uma Organização Não Governamental que surgiu em 2012 a partir da iniciativa de um grupo de jovens entre militantes, profissionais e estudiosos envolvidos com a temática da juventude e das políticas públicas. Esta instituição participa do desenvolvimento de políticas públicas voltadas especialmente ao público jovem, principalmente na prestação de consultoria, formação, elaboração de diagnósticos e projetos, monitoramento, estudos e publicações com foco na perspectiva de inclusão social, cultural, esportiva, educacional, na promoção e defesa dos direitos humanos, saúde, meio ambiente, cidadania e geração de trabalho e renda.

cujo foco é promover um debate sobre o conteúdo previsto nesta normativa, numa perspectiva socioeducativa.

Para desenvolvimento desta proposta extensionista, considera-se que a academia possui um papel fundamental no fomento do conhecimento e na proposição de estratégias que promovam troca e difusão do saber. Nesse sentido, este projeto de Extensão Universitária no âmbito do Serviço Social, busca consolidar as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, oportunizando aos estudantes o desenvolvimento desta atividade complementar “como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 15), uma vez que se compromete com o exercício de aspectos como a formação cidadã, a relação com a sociedade, a interinstitucionalidade, a ação integrada à administração pública, fortalecendo assim a práxis e a relação de reciprocidade com a comunidade.

Assim, nesta exposição, em seu desenvolvimento, teceremos uma breve discussão teórica sobre juventudes, a luz do enfoque trabalhado nos *Diálogos* com profissionais, militantes e estudantes da graduação, posteriormente indicaremos alguns dados sobre a atual condição juvenil no país. Em seguida, faremos uma breve descrição da metodologia de execução da extensão. Ao final, pretende-se explicitar os resultados da atividade, entre aspectos qualitativos e desafios à sua concretização.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Aproximação à noção sobre juventudes

Pensar o ser jovem no contexto atual requer considerar e analisar diferentes primas e noções de juventude, seu tempo histórico e os sentidos atribuídos a este segmento social que apontem para uma perspectiva que considere a

diversidade compreendida em seu universo dinâmico, heterogêneo e peculiar. Entretanto, as concepções correntes sobre este segmento social são, historicamente, marcadas por perspectivas que, para Scherer (2015), muitas vezes expressam análises que ocultam a complexidade que os inscreve e evidenciam visões fragmentadas e homogeneizadoras dos jovens, mesmo quando vivenciam distintas e desiguais realidades.

Desde o início do século XXI, no âmbito acadêmico e na formulação de políticas sociais vêm-se admitindo o termo juventudes no plural, a fim de expressar e conciliar múltiplas determinações e expressões culturais e sociais que revestem os jovens e seus modos de vida (BARBIANI, 2007). Seguindo esta tendência, a partir dos primeiros anos deste século, percebe-se que no Brasil a apreensão conceitual em torno das juventudes tem reverberado, inclusive, nos textos e discursos de gestores de políticas sociais, bem como entre militantes deste campo. Entretanto, isto ainda pouco resulta na qualificação da intervenção pública onde o jovem é o sujeito direta ou indiretamente favorecido (TAQUETTI, 2010).

De acordo com Foracchi (1972, p. 160), a discussão sobre juventude como categoria social é conformada “pelas tensões inerentes à crise do sistema”, cuja inflexão “representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social”.

Trata-se, nesse sentido, de uma categoria de difícil precisão e em permanente disputa, em termos de significados, condições e funcionalidade histórico-cultural (BARBIANI, 2007). Para uma aproximação deste debate, é necessário considerar sua estreita relação com a situação de classe, a conflituosa questão geracional e o papel historicamente exercido pelas instituições família, escola e trabalho no processo de socialização juvenil. O que contribuirá para a construção de uma perspectiva mais ampla sobre a nova condição juvenil⁶ (ABAD, 2005).

⁶ De acordo com Abad (2005) há que se considerar uma nova condição juvenil nas sociedades contemporâneas baseadas, principalmente, na crise das instituições tradicionais transmissoras de valores (família, escola, trabalho). O processo de desinstitucionalização dos laços sociais está relacionado aos valores transmitidos pelos adultos aos jovens, o que compreende quatro fatores principais: a) crise do modelo familiar tradicional; b) desilusão quanto à ascensão social através

O advento da sociedade de consumo, despontada a partir do segundo pós-guerra, demarcou um ponto de inflexão na conformação das juventudes, pois este segmento passou a ser um forte objeto do mercado em apologia a um padrão estético e de consumo. O estabelecimento de um signo jovem e a ampliação desmedida de produção de mercadorias (dirigidas a esta parcela, como também ao conjunto da sociedade que passa a vislumbrar uma “juventude eterna”) são as expressões mais contundentes deste fenômeno (BARBIANI, 2007; SCHERER, 2015). Isso constituiu um movimento de juvenização ou juvenilização das populações.

Por este espectro de composição de forças, a juventude passa a compor uma imagem desejada, como um signo de poder e beleza, ou seja, a lógica da coisificação liberal transforma a juventude em um “modelo” a ser seguido pela sociedade. As manifestações de consumo multiplicam-se para a juventude em discos, filmes, produções televisivas, roupas, revistas criadas pela indústria fonográfica, cinematográfica, da moda e editorial, representando um mercado sem limites para criar a juventude como um espelho do consumo (SCHERER, 2015, p. 73-74).

Numa perspectiva crítica, vislumbra-se o jovem como uma unidade da complexa totalidade social expressa em condições socio-históricas, que perpassam as esferas econômica, cultural, étnica, territorial, de gênero, de classe social e frações de classe (FRIGOTTO, 2004). Portanto, ao admitirmos uma compreensão em torno de juventudes, indicamos que o olhar sobre estes explora essas distintas variáveis que a determinam e conformam, no cenário contemporâneo, o que indica sua condição atual.

Entretanto, o prisma analítico que considera a diversidade juvenil pouco ecoa nos discursos sociais e midiáticos. Estes ainda redundam na reprodução das ideias que tipificam os jovens em modelos idealizados (DAYRELL, 2003).

Assim, uma ideia recorrente está na perspectiva da *transitoriedade*, aquela que a juventude é vista como uma fase, ou seja, uma passagem com tempo definido pelo critério etário e pelo cumprimento da vivência das etapas: estudo, trabalho,

da educação; c) surgimento de novos atores na proposição político-jurídica no campo da juventude e d) perda da ideologia nacionalista devido à negação de valores tradicionais. Tudo isso, associado à diminuição da infância e extensão da juventude, à mudança da cultura em torno do emprego e do salário, bem como diante da conformação de uma cultura juvenil quase universal, sob forte influência da mídia globalizada, determinará profundamente uma nova realidade e uma nova sociabilidade dos jovens.

casamento, ter filhos. Este é considerado um momento de preparo para o futuro, que inclui, principalmente, o tempo dedicado aos estudos e de qualificação para o trabalho (MARGULIS; URREST, 1996). Esta visão prioriza o presente ante a preparação para a vida adulta, ou seja, dissimula o contexto determinante à condição juvenil que permitirá ou não esta preparação, caso seja esta a intenção ou algo oportunizado aos jovens.

Neste aspecto, há que se considerar que este tempo de preparação para o futuro não é estabelecido em condições similares para os jovens pobres. Em geral, esses devem ingressar no mundo do trabalho mais cedo e ocupam os espaços de trabalho mais precarizados, o que, muitas vezes, os impossibilita de dar continuidade aos estudos, assim como acessar bens e serviços. Esses jovens assumem responsabilidades típicas da vida adulta mais precocemente que os jovens dos setores médios e altos, pois aos jovens pobres, lhes é negado o tempo de relativa despreocupação com o presente e lhes é cobrada a preocupação com a sobrevivência (MARGULIS; URREST, 1996).

Aos jovens das classes médias e ricos, esta realidade se coloca de forma distinta, ainda que desafiadora a estes, em geral, lhes é assegurado o gozo pleno ou muito maior de um relativo tempo de juventude, que inclui a escolarização em todos os níveis, o suporte familiar, o acesso a bens culturais e serviços necessários à reprodução material e cultural. Com isso, tem-se o tempo de preparação mais estendido para enfrentar a competitividade do mercado, para usufruir a vida e, em maior quantidade, fazer escolhas sobre seu futuro, algo que, em regra, é negado ao jovem pobre, a essa prorrogação, Margulis e Urresti (1996) interpretam como moratória social.

A associação do jovem à ideia de *problema* ou *desvio* é outra reprodução discursiva recorrente que está expressa de diferentes maneiras. Aqui a juventude pode ser vista como potencial ameaça à ordem e aos valores sociais hegemônicos, ou como risco, dado o ascendente envolvimento dos jovens com a criminalidade (ABRAMO, 1997). Neste aspecto, nota-se certa recusa e desvalorização dos jovens em suas expressões sociais, culturais e políticas, assim como a sua criminalização.

“Estas diversas tendências que, embora contraditórias, convivem na atual compreensão da categoria “juventudes” é resultado de uma sociedade fetichizada, onde a aparência encobre a essência na forma de compreender as juventudes no contexto atual” (SCHERER, 2015, p. 81).

Ao considerarmos a juventude parte de um processo mais amplo, discutir o tema torna-se algo ainda mais desafiador, principalmente diante do contexto atual de acirramento da crise do sistema capitalista, cujos desdobramentos, de acordo com Scherer (2015), atingem particularmente as trajetórias de vida destes sujeitos, impondo-lhes alto grau de insegurança e desproteção social.

2.2 A condição juvenil no contexto neoliberal: traços sobre a realidade brasileira

A discussão em torno da complexa condição das juventudes não é algo recentemente debatido nas sociedades latino-americanas, que inclui o contexto brasileiro. Desde o final dos anos 1980, movimentos sociais e estudos acadêmicos vêm denunciando e pautando um cenário de exponencial agravamento de violações ao segmento juvenil, no que tange a aumento da violência, da prostituição, do trabalho precoce, baixos índices de escolarização, altos índices de desemprego e precarização dos trabalhos, quando os ocupa. O que configura um contexto ameaçador ao futuro das juventudes, principalmente da parcela mais pobre.

Este é o contexto de avanço da perspectiva neoliberal, o que impôs ao mundo capitalista, especialmente, ao conjunto dos países latino-americanos, um padrão similar de ajuste estrutural que consistiu na tomada de medidas de austeridade fiscal, de mudança no setor trabalho associado à contrarreforma do Estado, levando à retração de direitos de cidadania e à redução da proteção social, duramente afetada pelo redirecionamento do fundo público para favorecimento do mercado rentista⁷, aliado ao forte controle inflacionário (BEHRING, 2008).

⁷ Na atualidade, tem-se uma nova etapa capitalista gestada no contexto neoliberal com vistas a sua afirmação enquanto paradigma dominante. Esta é caracterizada pela supremacia da internacionalização do capital especulativo parasitário, cujo objetivo é a perseguição de lucros fictícios derivados do crescimento da dívida pública dos Estados para transferência de riquezas da periferia para o centro do capitalismo que

Este estágio capitalista provocou profunda alteração nas relações entre Estado e sociedade com drástica reconfiguração da questão social⁸, que ocasionou o crescimento e aprofundamento das expressões das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2014). Nesse sentido, todo esse processo contribuiu para a elevação do grau de exploração das classes trabalhadoras, atingindo, majoritariamente, a população negra, as mulheres, os imigrantes, os povos tradicionais, os moradores das periferias urbanas e os jovens, especialmente os grupos das camadas mais empobrecidas. Processo esse que se acirra diante da mais recente crise capitalista despontada na primeira década do segundo milênio, cujos desdobramentos reordenam o curso da economia mundial e aprofundam as desigualdades nacionais.

De acordo com Braga (2012) os jovens são a fração da classe trabalhadora mais vulnerável às injunções do mundo do trabalho neste contexto. Esta parcela está submetida a aviltante precarização do trabalho urbano, em especial do setor industrial e de serviços. Isso, para o autor, ocorre por ser este o segmento em tempo de ingressar no mercado de trabalho ou, recém-chegado neste, sendo os mais suscetíveis às condições e relações precárias impostas ao trabalho dado a limitadas alternativas de sobrevivência (BRAGA, 2012), principalmente quando se trata do jovem pobre com baixa escolarização.

A atual condição juvenil pode ser entendida como uma das expressões da questão social, segundo Nunes e Fernandez (2016), uma vez que às juventudes está posto o lamentável dilema da sobrevivência diante de restritas possibilidades de superação. De um lado se dão as condições objetivas expressas na realidade através das altas taxas de desemprego, com formação escolar e profissional de pouca qualidade, em situação de trabalho informal, precário, intermitente e com baixos salários. De outro, a escapatória alternativa

se desdobram, do ponto de vista da política econômica, em crises financeiras e recessão (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015).

⁸ Ao passo que se incrementa a produção, se adensa o desenvolvimento das forças produtivas, amplia-se as contradições entre o capital e o trabalho, pois com a redução dos postos de trabalho precariza-se suas condições de realização em prol do aumento da acumulação capitalista. Isso gera um conjunto de expressões das desigualdades sociais intermediadas pelo Estado, bem como conformismos e pressões políticas em torno da defesa de direitos. Isso se configura como questão social, algo indissociável à organização da sociedade capitalista a qual se manifesta no aumento da pobreza, miséria, desemprego, violência, escassez de serviços públicos, disparidades sociais entre jovens, idosos, grupos étnico-raciais, mulheres etc. (IAMAMOTO, 2014).

da emigração, ou, em meio ao crescimento da narcoeconomia como indicou Katz (2016), tem-se o tráfico de drogas como refúgio para aqueles jovens mais vitimizados e com menor possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

A sobrevivência das juventudes, em especial os jovens pobres, foi fortemente afetada pela dificuldade de inserção e permanência no mercado formal de trabalho, dado o aumento da informalidade e do desemprego. Isso se soma ao aumento vertiginoso da violência, expresso nos altos índices de homicídios, acidentes e encarceramento de jovens, principalmente negros e pobres. Diante do insuficiente acesso aos bens culturais, materiais e a serviços de saúde, educação e seguridade, o Estado brasileiro demonstra sua absoluta incapacidade em garantir condições para a satisfação das necessidades e especificidades juvenis.

A fim de esboçar um quadro que aponte traços da realidade dos jovens brasileiros, optou-se pela demonstração de dados secundários de pesquisas nacionais sobre renda, trabalho, escolarização e vitimização de jovens.

No Brasil, com a promulgação do Estatuto da Juventude (EJUVE), “a juventude passa a ser um segmento reconhecido pela vigente Constituição brasileira e sua faixa etária passa a compreender as pessoas entre 15 e 29 anos de idade⁹” (LEÃO, 2012, p. 6).

Este segmento ocupa pouco mais de um quarto da população, como indica os dados do último Censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há em torno de 50,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, no país. Isso compreende, aproximadamente, 26% da população brasileira, dos quase 200 milhões de habitantes no país. A maior parte dos jovens brasileiros possui entre 18 e 24 anos (47%) e a grande maioria reside nos centros urbanos (85%), sendo que 15% destes vivem no campo. Este mesmo estudo indica que a variação por gênero entre os jovens é mínima, sendo 50,4% mulheres e 49,6% homens (IBGE, 2010).

⁹ O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) indica uma subdivisão que abarca três agrupamentos a esta faixa de idade: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos) (CONJUVE, 2011). Com isso, o Brasil admite a ampliação do tempo de juventude, seguindo assim uma tendência internacional, orientada por organismos multilaterais.

Os jovens negros são maioria no país, de acordo com a pesquisa Agenda Juventude Brasil de 2013, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Sendo que 60% dos jovens brasileiros declararam-se negros ou pardos, 34% brancos e 6% outras etnias (SNJ, 2013).

Dados da SNJ de 2013 indicam que 28% dos jovens vivem com renda familiar per capita inferior a 290,00 ou, $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, sendo o Nordeste a região com maior concentração destes índices. Os jovens negros também são os sujeitos mais pobres do país, 61% destes possui renda familiar per capita inferior a 290,00 reais.

Com relação à escolarização, entre as pessoas a partir de 15 de idade: 8,6% são analfabetas, 20,4% são analfabetas funcionais. Desses com idade entre 15 e 29 anos (os jovens), 34% possuem nível médio, 30% ensino fundamental e 6,3% concluíram o ensino superior (IBGE, 2010).

A maior parte dos adolescentes entre 15 e 17 anos está estudando (65%), enquanto 16% estão trabalhando. Vale aqui enfatizar que 35% dos adolescentes que, obrigatoriamente deveriam estar estudando, não o fazem. Entre os jovens de 25 a 29 a realidade é inversa, mais de 70% está trabalhando ou procurando trabalho, enquanto apenas 12% estudam (SNJ, 2013).

Sobre o mercado de trabalho, dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada no final de 2016 apontam que a população jovem entre 14 e 24 anos é a parcela da sociedade mais atingida pelo desemprego, cuja taxa alcançou de 27,7% no último trimestre de 2016. Embora a taxa de desemprego tenha demonstrado ligeiro crescimento ao longo deste ano, isso se deu mediante o crescimento do mercado informal e de trabalhadores por conta própria. Entretanto, este aumento se deu entre as pessoas maiores de 59 anos e não entre os jovens (IPEA, 2016).

Com relação à situação de ocupação e remuneração, 53% dos jovens realizam algum trabalho remunerado e 47% não realiza nenhum. Entre aqueles que têm ocupação remunerada, 46% possui jornada de 40 horas semanais (SNJ, 2013).

Desde o final dos anos 1990, identifica-se que a juventude é o grupo populacional mais atingido pela violência homicida no país, tendo, até 2014,

alcançado um crescimento de 669,5%, sendo este superior ao conjunto da população, cujo crescimento foi de 592,8%. Entre 2009 e 2013, o Brasil ocupou a 10ª posição entre 100 países do mundo com maiores taxas de por homicídio por arma de fogo, por cem mil habitantes (WAISELFISZ, 2015).

Contabilizados em 2014, os dados do último Mapa de Violência 2016 indicam o tamanho dessa tragédia, que denota um real extermínio de jovens, principalmente entre os homens (90%) e majoritariamente negros (77%). O Espírito Santo foi identificado como o quinto estado brasileiro com maior percentual de homicídios por 100 mil habitantes. Vale destacar que as maiores causas de mortes de jovens no Brasil ocorrem por homicídio, acidentes de trânsito e suicídio (WAISELFISZ, 2015).

Nos últimos vinte anos, a taxa de letalidade de brancos decaiu 16%, enquanto que entre os negros elevou em 46,9%. Em 2003 a vitimização de negros, em relação aos brancos, atingiu 71,7%. Em 2014, isso salta para 158,9% (WAISELFISZ, 2015).

Em 2014, em torno de 25 mil jovens entre 15 e 29 anos foram mortos por arma de fogo, o que equivaleu a 70 mortes por dia. Embora sejam 26% da população, 58% do total de vítimas de arma de fogo no país são jovens. Os índices de letalidade já iniciam entre adolescentes de 13 anos, mas o ponto mais alto está nos 20 anos de idade (WAISELFISZ, 2015).

Neste quadro geral desfavorável e estarrecedor posto às juventudes, o racismo, a desigualdade de renda, territorial e educacional impõem a este grupo uma condição de enorme prejuízo a sua reprodução social e à transição geracional, o que remete, especialmente, à necessidade de inserção profissional e de preparação educacional para que tenham, minimamente, maior autonomia sobre suas vidas. Mais que isso, o quadro de vitimização juvenil remete a uma realidade de guerra e genocídio, e são os jovens pobres e negros os mais atingidos.

O desemprego entre jovens é mais alto do que em relação aos adultos, a precarização e a flexibilização das condições de trabalho são também mais incidentes sobre os jovens negros e as jovens mulheres das camadas mais

pobres (CARROCHANO, 2011). É importante destacar que as oportunidades colocadas no mercado de trabalho ainda que muito desiguais, são mais favoráveis aos adultos e jovens do sexo masculino, o que reforça a discriminação de negros e mulheres e coloca os segmentos em desigual oportunidade (FRIGOTTO, 2004).

Assim, a condição juvenil na sociedade brasileira, aqui ilustrada, a partir dos dados secundários, expressa o quão distante está o Estado brasileiro em assegurar a oferta de condições e oportunidades para este amplo segmento populacional, de modo que possam vivenciar plenamente a sua juventude. Expressa ainda a necessidade de realizar maior aproximação com a temática, qualificar o olhar sobre o segmento e sua condição para contribuir no exercício profissional do assistente social, muitas vezes, inserido nos espaços sociocupacionais voltados ao atendimento e ao planejamento de políticas sociais dirigidas às juventudes. Esse é o indicador mobilizador para a proposição do projeto de extensão em tela.

2.3 Metodologia do projeto de Extensão: Diálogos sobre e com Juventudes

"As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor.
Aprendemos palavras para melhorar os olhos."
"Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem...
O ato de ver não é coisa natural.
Precisa ser aprendido!" (Rubem Alves)

Para organização e desenvolvimento dos *Diálogos* e das *Oficinas sobre o Estatuto da Juventude*, semanalmente são realizadas reuniões com a participação da professora orientadora e os estudantes extensionistas do curso de serviço social para orientação, realização de grupo de estudos e planejamento das atividades, na busca pela construção coletiva de atividades socioeducativas que utilizem metodologias criativas para desenvolvimento dos debates/diálogos sobre temas afins à questão juvenil na sociedade.

Para realização dos *Diálogos* voltados aos profissionais e militantes do campo da juventude, são construídas as propostas para cada evento, sendo estes divulgados por correio eletrônico e convites oficiais, principalmente às secretaria

municipais das pastas da assistência social, direitos humanos e setores específicos voltados à juventude, além dos conselhos, principalmente da Região Metropolitana da Grande Vitória. Utiliza-se ainda o recurso da rede social *Facebook* para criar o evento público e realizar convites de possíveis interessados, bem como inscrição digital prévia, via ferramenta *Googledocs*. O NEPOS possui uma página nesta rede, o que contribui para otimizar e ampliar a divulgação das atividades, assim como possibilita aglutinar interessados, criando assim uma rede de pessoas vinculadas ao tema.

Nos Diálogos, convida-se moderadores, entre estudiosos, profissionais e militantes que tenham uma contribuição intelectual e prática sobre e junto aos jovens. Estes iniciam o diálogo com exposições curtas, pois busca-se propiciar um espaço horizontal e circular que facilite a interlocução entre os participantes e moderadores. Os diálogos têm duração média de duas a três horas, em sua maioria são realizados no espaço físico na Católica de Vitória. Sob orientação, os extensionistas são responsáveis por toda a organização da atividade, pelo planejamento, controle das inscrições, certificação, ornamentação das salas para sensibilização da temática com frases e exposição de dados sobre a condição juvenil, além de contribuírem com a inclusão de elementos culturais como músicas, recital de poesias e jogral.

Para desenvolvimento das oficinas sobre o Estatuto da Juventude, em geral, é realizado contato prévio com escolas estaduais de ensino médio junto aos coordenadores e pedagogos, momento quando é exposta a intencionalidade da atividade e quando solicita-se autorização para realização das mesmas junto às turmas do primeiro ao terceiro ano.

Para seu desenvolvimento, elabora-se coletivamente um material expositivo com o conteúdo das onze seções do EJUVE¹⁰, exibe-se filmes de curta duração e trabalha-se dinâmica de grupo para contribuir na transmissão das informações e fomento da interação entre osicineiros e os estudantes. Os/as estudantes da

¹⁰ Capítulo II do EJUVE: Seção I – Do direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; Seção II – Do direito à educação; Seção III – Do direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; Seção IV – Do direito à diversidade e à igualdade; Seção V – Direito à saúde; Seção VI – Do direito à cultura; VII – Do direito à comunicação e à liberdade de expressão; VIII – Do direito ao desporto e ao lazer; Seção IX – Do direito ao território e à mobilidade; X – Do direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; XI – Do direito à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013).

graduação são responsáveis pela condução da oficina, realizando a exposição oral, das dinâmicas e coordenam os debates.

Tais práticas extensionistas aliam a demanda por ampliar o debate sobre juventude e temas afins ao exercício da prática educativa desempenhada pelo assistente social, como sugere Abreu (2010), vinculada à formação da cultura, tendo como pano de fundo o impulso da consciência crítica em prol de ações coletivas, semeando nos espaços novos elementos, informações e problematizações ao encontro da defesa e luta pelos direitos juvenis e respeito às suas demandas e dilemas contemporâneos.

3 CONCLUSÃO

Parte-se da compreensão de que a extensão universitária tem um papel importante no que tange a contribuição do saber acadêmico para a sociedade, tendo como propósito apontar caminhos, despertar consciências, levar proposições e, sobretudo, oportunizar a troca de saberes e a interação entre acadêmicos e grupos populacionais em geral, possibilitando assim alternativa de educação continuada e complementar aos estudantes e o fortalecimento da relação universidade-sociedade, como sugere Rodrigues et al. (2013).

Nesse sentido, o projeto de extensão *Diálogos sobre e com Juventudes* tem em seu esforço seguir esta perspectiva ao comprometer-se com o desenvolvimento de ações que visem o despertar a consciência sobre os direitos juvenis previstos no Estatuto da Juventude, através de oficinas; formação e qualificação profissional para os trabalhadores de políticas sociais voltadas aos jovens, bem como fomentas debates sobre o tema juventude, política social e participação com militantes e estudantes da graduação.

O sentido da realização dos Diálogos está relacionado à socialização do conhecimento, através do desenvolvimento de práticas extensionistas de cunho socioeducativo e promoção de debates qualificados que buscam ultrapassar a prática educativa transmissora de saber, ao exercício da troca de conhecimento através de recursos flexíveis dialogados e também da arte, através da música,

da poesia, do jogral, da exposição de imagens e sensibilização visual na ornamentação dos espaços onde são realizados os Diálogos e as Oficinas, procurando assim, como sugere Conceição (2010), explorar a linguagem sobre aquilo não se expressa no que é dito, no estímulo do potencial criativo dos sujeitos participantes, estimulando o reconhecimento de si e a imaginação para interpretação do real, buscando debater, suscitar, problematizar, mostrar, situar e amparar temas que perpassam as expressões da questão social que mais afetam as juventudes e a possibilidade da mudança dessa realidade.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Políticas de juventud y empleo juvenil: el traje nuevo del rey. **Última Década**, CIDPA Valparaíso, n. 22, p. 63-94, ago. 2005.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M. (Orgs.). **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6, 1997.

BARBIANI, R. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 1, v. 6, p. 138-153, jan./jun. 2007.

BEHRING, E. R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E.R.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 152-174.

BRAGA, R. **A política do precarizado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo/USP, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei Federal 12.852/2013. 5 de agosto de 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Agenda Juventude Brasil**: pesquisa nacional do perfil e opinião dos jovens brasileiros, 2013. Brasília, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01-2013>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

CARCANHOLLO, R.; NAKATANI, P. Capitalismo especulativo e alternativas para a América Latina. In: GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 89-124.

CARROCHANO, M.C. Trabalho e educação no tempo da juventude. In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011. p. 45-71.

CONCEIÇÃO, D. G. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 2, n. 2, jan./jun. p. 51-57, 2010.

CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude). Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010. **Conselho Nacional de Juventude**. 2011.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. **Censo, 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

IPEA. **Carta Conjuntura: Mercado de Trabalho**. n. 33. 4º trimestre, 2016. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161219_cc33_mercado_trabalho.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo/Expressão Popular, 2016.

LEÃO, R. Z. R. **Jovens e direitos: legislação comparada em matéria de juventude – Brasil e a Convenção Ibero-Americana**. Madri: Organização Ibero-Americana de Juventude, 2012.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M.. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 2000, p. 13-30.

NUNES, M. B. de A.; FERNANDEZ, C. B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 1, v. 19., p. 64-62, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, L.L. et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e sociais**, Aracaju, v.1, n. 16,

p.141-148, 2013. Disponível em:
<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SCHERER, G.A. **O caleidoscópio da (in)segurança**: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes. 2015. 257f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TAQUETTI, C. L. **A gestão das políticas de juventude**: o caso de Vitória 2005-2010. 2010. 244 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2014**: os jovens do Brasil. Brasília: FLACSO-BRASIL, 2014.